

TOPONÍMIAS AFRICANAS: RIQUEZAS, MISTÉRIOS E IDENTIDADES

Célio Augusto da Cunha Horta

África: o que sabemos a respeito desse Continente? O que aprendemos nas cadeiras universitárias brasileiras sobre África? Nos cursos de História, de Relações Internacionais, de Ciências Sociais e de Geografia, por exemplo, como se situa, curricularmente, a temática África? No campo das pesquisas, há inovações? Para além das determinações legais do MEC, em relação à África, que conteúdos são abordados nas escolas públicas e particulares do Brasil ¹?

A introdução desses questionamentos visa, tão somente, reestimar reflexões pertinentes aos estudos africanos e, concomitantemente, “justificar,” *a priori*, as limitações desse artigo. Desta forma, essas questões não serão abordadas, entretanto, entende-se a necessidade, ainda, de sinalizar para persistências, dentro e fora das Universidades, de significativos desconhecimentos referentes ao Continente

¹O Conselho Nacional de Educação do MEC (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO), por meio da Resolução N° 1, de 17/07/2004, instituiu Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. De acordo com o Censo Escolar – Notas Estatísticas do INEP-MEC de 2017 havia no território brasileiro, em 2016, mais de 186 mil escolas de educação básica (78% públicas, aproximadamente) com, praticamente, 49 milhões estudantes matriculados. Segundo Rosemberg Ferracini (2018:2 e 8) “anteriormente à Lei n° 10.639/03, o tema da África até recebia uma atenção direcionada no ensino de Geografia Brasileira, em particular com interesses eurocêntricos” porém, hoje, “espera-se que a cultura escolar brasileira ao tratar da África e das relações com o Brasil seja diferente daquela do olhar colonizador”.

Africano. As razões são muitas², mas, na direção oposta, talvez se possa selecionar, hoje no Brasil, algumas poucas pesquisas (acadêmicas) de Geografia da África que já trilharam caminhos autônomos e relativamente autênticos. Trata-se, na verdade, de uma longa construção não isenta de embates, dificuldades e erros. Nesse sentido, importa valorizar os trabalhos interessados e interessantes sobre a África caracterizados, inclusive, por uma perspectiva pluralista, diversa e libertária.

Nos termos assim colocados, este artigo deve ser compreendido como uma elaboração preliminar que tem por objetivo, simplesmente, abordar um pequeno conjunto de topônimos africanos. Na primeira parte, vínculos diretos estão estabelecidos entre os nomes e seus respectivos lugares, territórios e regiões do continente africano. Em alguns casos, os topônimos são tratados de maneira contextualizada, mas, em outros, a exposição está mais objetivada. Posteriormente, são apresentadas palavras do tronco linguístico *Bantu*, (principalmente) que denominam córregos, rios, serras, povoados, propriedades rurais, etc. de Minas Gerais. Reservado, ao final, um pequeno conto em língua portuguesa constituído, todavia, de vários vocábulos de origem *bantu*.

²A opressão e a marginalização histórica de povos e nações africanas interferem, em geral, na produção acadêmica? Cabe especular que a recente descolonização formal (iniciada, basicamente, ao término da Segunda Guerra) e a inserção periférica dos mais de cinquenta países africanos nas ordens geopolíticas mundiais ainda estão relacionadas, direta ou indiretamente, com a “colonialidade” do conhecimento e/ou segregação dos estudos destinados à Geografia da África.

NOMES DE LUGARES, REGIÕES, PAÍSES E DE OUTRAS ESPACIALIDADES DA ÁFRICA

Conforme Emanoela Cristina Lima (2012:36) a *Toponímia* – do grego *topos* (lugar) e *onoma* (nome) – é um campo de conhecimento dedicado ao estudo dos nomes próprios de lugares. “O topônimo carrega em si a designação do espaço geográfico e a carga motivacional do ato denominativo, o que faz com que os estudos toponímicos sejam de grande importância para o conhecimento de aspectos histórico-culturais de um povo”. Segundo Lima (2012:36-37), esses estudos “possibilitam o reconhecimento de fatos linguísticos, ideologias e crenças do ato denominativo. Assim, investigar os nomes dos locais compreende também analisar a cultura e a relação do homem com o meio em que vive”.

Ademais, Lima (2012:37) acrescenta que o “topônimo também evidencia a realidade do ambiente físico de uma determinada região, uma vez que revela características de vegetação, hidrografia, fauna, condições de solo e relevo”. Maurício Waldman (2014:32) ressalta, entretanto, a imposição de uma toponímia de negação das particularidades, da soberania e da cultura das populações africanas; assim, afirma:

A renominação encetada pelos europeus consubstanciou uma violência simbólica empenhada em apagar a totalidade das formulações espaciais anteriormente existentes, fruto de especulações milenares de uma concertação múltipla e heterogênea reunindo centenas de povos africanos.

O massacre cultural de um determinado povo é efetivado, inclusive, por meio da negação da língua (e dos códigos sociais) que, historicamente, manifesta os valores, comportamentos, hábitos, relações sociais, religiosidade, etc. A substituição, por exemplo, de topônimos autóctones por outros de língua estrangeira implica, muitas vezes, desmanche do significado original de lugares sagrados, de territórios e territorialidades; não pela mera troca de vocábulos, mas, devido à desfiguração de significado, do valor (econômico) atribuído a um rio, uma montanha, um país, uma região³. Nesse sentido, a substituição do topônimo tende a ser acompanhada por uma desterritorialização seguida, necessariamente, de uma “moderna” apropriação e uso do território. Evidentemente que há, também, a manutenção de topônimos originais por estratégias de *marketing* o que, não indica respeito algum às territorialidades anteriores. De qualquer modo, é mais frequente o processo de domínio territorial com a troca de topônimo. Sobre as toponímias africanas, Waldman (2014) tem razão ao problematizar a “influência” europeia, ainda mais por tratar-se de um continente com mais de 30 milhões de km², com mais de 1 bilhão de pessoas, constituído por um pouco mais de 50 países; portanto, convém reafirmar que

Não existe apenas uma África, mas incontáveis, ricas em histórias e tradições. Do norte islamizado até o sul dividido em inúmeras crenças e religiões (...) passando por uma surpreendente diversidade ecológica e geográfica que vai dos desertos escaldantes como o Saara e o Kalahari às maravilhas florestais como Okavango e às extensas savanas em países como o Quênia (TEIXEIRA, 2005:91).

³ O *valor de uso* comunitário ou individual de uma floresta ou de uma riqueza cultural e/ou espiritual de uma “entidade espacial”, por exemplo, assume, adquire por meio do movimento de reprodução e acumulação ampliada do capital um *valor de troca*, transforma-se (via trabalho) em mercadoria.

No escopo das pesquisas geográficas, considera-se necessário prosseguir com a superação dos etnocentrismos, dos estereótipos grosseiros, não obstante as dificuldades de localizar leituras de África a partir da África. Comumente, a África é observada, interpretada e denominada pelo “mundo exterior”.

A começar pela denominação *África* verificam-se, nos dicionários da língua portuguesa, os seguintes significados: *ato de coragem, realização, façanha, proeza*. Em situações menos frequentes, esses mesmos termos aparecem juntamente com outros: *enorme dificuldade, obstáculo, objetivo penoso a ser alcançado, estorvo*. Nesses casos, a aceção de África sinaliza para relativos antagonismos entre a *façanha* e a *dificuldade*, a *proeza* e o *empecilho*, a *intrepidez* e o *obstáculo*, a *ousadia* e o *impedimento*. Contudo, o que explica a designação *África* ao Continente?

Segundo Nei Lopes (2011) as águas do rio Nilo constituíram importante via de comunicação (pelo mar Mediterrâneo) para com várias regiões e povos do mundo antigo.⁴ Assim, do que conheciam da África, os gregos atribuíram os nomes *Olímpia* e *Etiópia*. Para os fenícios, a região denominava-se *Feruch*, *Afar* para os hebreus; já os índios a chamavam de *Bezecath* e os romanos de *Líbia*. (LOPES, 2011:16).

⁴ Lopes (2011) assinala que o continente africano liga-se com a Ásia pelo istmo de Suez (Península do Sinai), separa-se da Europa pelo estreito de Gibraltar e o Vale do Nilo; segundo o autor, não por acaso, o vale do Nilo foi o berço de importantes civilizações africanas. Conforme Delgado de Carvalho (1963:10), o “istmo de Suez, zona de contato de três continentes, constituiu em todos os tempos uma das chaves de comunicações entre povos e suas mercadorias. A sua importância se impunha em função do Mediterrâneo e do Mar Vermelho (...)”. Sobre o Nilo, enfatiza a extensão do leito do rio – 6.324km – e a área da bacia fluvial, equivalente a 2.803.000km²; em relação ao Estreito de Gibraltar (a “chave do Mediterrâneo”) destaca a sua posição estratégica e a “reduzida largueza (...) de 15 quilômetros, entre Europa e África (...)” (CARVALHO, 1963: 15 e 17).

Libya, conforme Antenor Nascentes (1952) era o nome dado inicialmente pelos gregos – de Homero a Heródoto – à região (norte da África), posteriormente, então, substituído por *Aphriké*.

Aphriké é uma versão amplamente difundida. De acordo com Nascentes (1952), ao subtrair o “alfa privativo grego” (correspondente ao *a* da língua portuguesa – como prefixo de negação) tem-se, então, *phriké*: frio, tremura; assim, (*a*) + *phriké* = *aphriké* indica, justamente, o predomínio do clima quente e seco do norte do continente africano. Pode-se, também, pensar em *apricus*: exposto ao sol; da raiz *ric*, *fric*, fogo ou calor, que se encontra no caldaico (idioma dos Caldeus) *harac*, queimar, no hebraico, *baraq*, relâmpago, no grego *phryktos* e no latim *friectus*, assado ao lume (NASCENTES, 1952).

Parece pertinente relacionar essas denominações (como *Aphriké* e *Harac*, por exemplo) com os efeitos do clima mediterrâneo e dos climas árido e semiárido do norte da África e, talvez, com o clima equatorial (mais ao centro) e os climas tropicais das regiões ao sul do Equador. Saliente-se que o Saara se coloca entre a região mediterrânea (ao norte) e as regiões equatorial e tropical do maciço continente. *Saara* é um topônimo procedente da língua árabe e significa, exatamente, “o grande deserto” (WALDMAN, 2014:30). Não por acaso, é o deserto de maior extensão do Planeta, abrange cerca de nove milhões de km² maior, por exemplo, do que o território brasileiro.⁵

⁵ Em relação ao deserto da Namíbia (que, na verdade, corresponde a uma pequena extensão do Kalahari), Lopes (2011) salienta que *Namib*, na língua *Nama*, significa o “lugar onde não há nada”. O termo também faz referência aos povos *Bosquímanos* que, tradicionalmente, vivem no

Segundo Josué de Castro (1966:21), no contexto da predominância do deserto absoluto (pedras nuas, inexistência de vegetação, etc.), há os focos de oásis, pontos de emergência dos lençóis de água subterrânea, que “se escondem nas outras regiões sob o fulvo lençol de areia”. *Oásis*, segundo Castro (1966:21), é uma “palavra de origem egípcia, que Heródoto transportou para o grego” e, assim, o seu significado tornou-se amplamente conhecido.

Todavia, a regionalização *África do Norte* – África Mediterrânea ou Magreb – e *África Subsaariana* – África Negra – é considerada por alguns geógrafos como problemática. Na visão de Rodrigo Corrêa Teixeira (2015:125) o deserto de Saara não dividiu e nem divide a África, assim, o “suposto limite entre África do Norte e a África Subsaariana não separa as populações árabes e negras”.⁶ Sobre a designação África Negra, Waldman (2014:5) assinala que

a consciência da individualidade da África ao sul do Saara frente às terras localizadas ao norte do grande deserto não é de modo algum nova e tampouco seria – conforme equivocado senso comum – apanágio da incultura geográfica europeia. Desde tempos imemoriais os povos da África setentrional, do Levante e do mundo greco-latino fizeram uso de uma coleção de topônimos para identificar espaços e populações postados além do deserto.

deserto da Namíbia entre os baixos cursos dos rios Orange e Kuiseb (Namíbia centro-meridional). Seus principais grupos étnicos são os Ganin e os Huin (LÓPEZ, 2009:289).

⁶ A expressão “África Subsaariana”, segundo Teixeira (2015:125), é um “eufemismo vinculado por um processo de entrelaçamento ao termo visto como degradante ou pejorativo: negro (...)”; além do mais, “implica numa enorme coisificação de populações englobadas por esse rótulo (...)” e ainda, sobre o prefixo “sub”, conforme o autor, “remete aos grupos (...) que, supostamente, estariam numa posição de ‘nível inferior’ (...)”.

Contudo, se a regionalização da África pelo critério “cultural” parece contestável, na perspectiva biogeográfica verifica-se que o Sahel corresponde a uma importante faixa (de transição) entre o Deserto do Saara e as regiões tropicais ao sul; ou seja, trata-se de um cinturão meridional de clima semiárido – precipitações que variam entre 150 a 500mm/ano – que tangencia o Saara ao norte e as regiões úmidas ao sul. Compreende, assim, um corredor contínuo de estepes que se estende (oeste-leste) do Atlântico ao Mar Vermelho⁷ e possui, variavelmente, de 500 a 700 km de “largura” (norte-sul). *Sahel* vem do árabe (*Sahil*), significa borda, orla.

Waldman (2014:29) salienta que “a antiguidade clássica diferenciava o norte da África, a *Lybia* – topônimo inspirado num grupo nativo local – das terras situadas no *hinterland*, a *Lybia Interior*”. O autor destaca ainda que, historicamente, algumas regiões sul-saarianas obtiveram topônimos de abrangência continental, como por exemplo, *Guiné*, *Etiópia* e *Sudão*. O topônimo *Etiópia* (do grego *Aithiops*), segundo Waldman (2014:27), significa literalmente pessoas de rosto queimado, pessoas negras. A denominação *Guiné*, conforme o pesquisador, comparece “nos primeiros relatos das navegações portuguesas no Atlântico” e “etimologicamente, o geônimo provém de *aguinaoui*, termo de raiz berbere significando preto ou negro”. *Sudão* vem do árabe *sudan*, negros (LOPES, 2011:280). Nascentes (1952) ressalta que

⁷ O topônimo *Eritreia* vem do grego *erythos*, vermelho, em alusão à cor do mar Vermelho (LOPES, 2011:119).

após a destruição de Cartago, os romanos seguiram o uso púnico de denominar a região conforme os Berberes: “*awrigas*”.

Contudo, além de “*Lybia Interior*”, Waldman (2014:29) destaca que despontavam outras denominações para identificar determinados territórios do “continente adentro”: *País dos Garamantes* (referindo-se aos habitantes do antigo Fezzan), *Mauritânia* (país do povo Mauri, Mouro ou Maurício), *Numídia* (país dos Númidas, antigo Reino Berbere-Líbio – 202-46 a.C.)⁸ e *Núbia* – região a montante da segunda catarata do Nilo – partilhada, hoje, pelo Egito e pelo Sudão. Formada por povos nilóticos negros, a *Núbia* – uma das mais antigas civilizações da África – tornou-se ao longo de milênios um centro de convergência entre as civilizações egípcias, o mundo mediterrâneo e os povos negros da África (WALDMAN, 2014).

Com referência aos *Garamantes*, vale destacar que, em 2011, o arqueólogo David Mattingly, da Universidade de Leicester (Inglaterra), por meio de imagens de satélites e de fotografias aéreas, localizou, com maior precisão, resquícios de uma civilização, no deserto da Líbia⁹. Conforme Mattingly, entre os mais de 100 sítios, foi descoberta a cidade de Garama, construção milenar (2,4 mil anos) dos *Garamantes*. O pesquisador assinala que havia, em Garama, técnicas de metalurgia, produção de vidro, refinamento de sal e lapidação de

⁸ López (2009:12) assinala que a denominação “africanos brancos” é, correntemente, utilizada para “aqueles que habitam a Berberia e Numíbia: são os povos Masmuda, Sanhadja, Zanata, Ghumara e Haoara”.

⁹As ruínas já eram conhecidas há mais de 40 anos e a equipe da Universidade de Leicester, desde 1997, investiga a região.

pedras semipreciosas. Giuma Anag (2011), arqueólogo líbio, enfatiza a localização da cidade de Garama, fundada e construída em pleno deserto¹⁰. Destaca que a “capital” do Reino exerceu, por mais de 1.000 anos, o controle de um território que possuía aproximadamente 200.000 km².

Os resultados de cinco anos de escavações, da equipe da universidade de Leicester, indicam uma civilização com organização social complexa e de avançada arquitetura. Para Mattingly (2011), os Garamantes formavam uma sociedade hierarquizada, possuíam uma linguagem própria (escrita, inclusive) e o sistema econômico favorecia a produção de excedentes agrícolas e de bens manufaturados.

Segundo Andrew Wilson (2011), arqueólogo da Universidade de Oxford (Inglaterra), em razão do conhecimento arquitetônico e do trabalho dos escravos, os Garamantes construíram cidades planejadas. Dessa forma, nas áreas urbanas, cultivavam árvores frutíferas e trigo, mas, também, produziam vinho e azeite de oliva. Conforme o estudioso, a tecnologia de irrigação (*foggara*) permitiu aos Garamantes um padrão de vida superior ao de qualquer outra sociedade do Saara. Wilson (2011) afirma que no subsolo do Reino dos Garamantes foram construídos 600 túneis (somados ultrapassam mil quilômetros) e erguidos cerca de 100 mil poços (40 metros de profundidade). Saliente-se, nesse caso, a superação das dificuldades impostas pelo Saara para,

¹⁰David Mattingly (2011) afirma não se tratar de uma cidade romana ou grega, apesar da relativa coexistência temporal com o Império Romano. Giuma Anag (2011) define os Garamantes como “bravos mestres dos desertos”, construtores de uma civilização coesa e duradoura.

assim, atender uma população – estimada pelos arqueólogos – entre 50 e 100 mil habitantes.

Os *Tuaregues*, na concepção de Lopes (2011), descendem provavelmente dos *Garamantes*. Estão incorporados ao Saara e, assim, vivem hoje nos desertos da Líbia, Argélia, Mali, Niger e Burkina Faso (LÓPEZ, 2009). Os Tuaregues representam uma das várias etnias berberes.

Chama-se *Berberes*, pela tradição árabe, ao conjunto de populações do Magreb. Todavia, etnias diversas dividem a língua berbere (da família semítica, grupo camítico), inclusive, conforme mencionado, os *Tuaregues*. Segundo Carvalho (1963:28), dispersos na África Setentrional, os berberes habitam as “montanhas de Kalíbia e do Aurés, os oásis do Mzab e da ilha de Djerba, os Tuaregues do Hoggar e do Adrar”. Portanto, da costa norte da África ao Saara, a língua berbere constitui importante elo entre os diversos povos (mais de sete milhões) e “o único meio de classificá-los é localizá-los pela linguagem” (*Ibidem*).¹¹

É provável que a origem da palavra *berbere* seja proveniente do termo *barbarus* que, frequentemente, os romanos atribuíam aos estrangeiros, regra geral, àqueles que não falavam a língua romana.¹² *Berberes*, todavia, pode ser uma denominação dada pelos egípcios aos *Brabras*, etnia que vivia nas proximidades do rio Nilo. *Berberia* (ou

¹¹“Na Kalíbia, que sempre foi um foco de agitação e resistência, o uso da língua berbere, que não cedeu à língua árabe dos invasores, encontrou forte concorrente na língua francesa. A população kaliba masculina é quase toda bilíngüe” (CARVALHO, 1963:29).

¹²Os termos Barbárie, barbarismo ou barbaridade, por exemplo, são utilizados, hodiernamente, para indicar crueldade, atraso, ignorância, grosseria, estado de “incivilização”, etc.

Barbária, ou mesmo *Costa Berberisca*), segundo Waldman (2014), é um termo que os europeus utilizaram (do século XVI até ao século XIX) em referência às regiões costeiras do Marrocos, da Argélia, da Tunísia e da Líbia o que corresponde, assim, a maior parte do atual Magreb. *Magreb* é uma palavra da língua árabe e significa Ocidente ou “onde o sol se põe”, “poente”.

Saliente-se que a expansão das rotas comerciais dos Berberes, segundo Sérgio Vasconcelos e Claudia Lima (2015:181), contribuiu destacadamente para a formação e o desenvolvimento das cidades clássicas iorubás, na região ocidental da África. As cidades ancestrais do povo Iorubá datam, aproximadamente, de 5.500 anos. Por sua vez, a palavra *iorubá* alcançou, em 1826, o “mundo ocidental”. Das terras *haussá* (ocidente da África) e por intermédio do Capitão Clapperton veio transmitida em um manuscrito na língua árabe. Inicialmente, o vocábulo *Iorubá* era utilizado para definir os povos do reino de *Oyó* (VASCONCELOS & LIMA, 2015: 188).

Atualmente, há grandes grupos que falam iorubá na Nigéria (no antigo território de *Oduduwa*) e nas regiões centrais do Togo e de Benin. Vale ressaltar ainda que, os princípios e valores do *iorubá* se manifestam por meio da linguagem religiosa e, comumente, se estabelece uma relação dialética – tensa e constante – entre o *aiyé* (mundo físico dos seres humanos) e o *orun* (mundo sobrenatural dos espíritos, das divindades). A comunicação entre esses dois mundos está baseada

na dinâmica da força, da energia, caracterizada pelo (conceito de) *axé*, que “exprime a ideia de forças circulantes, capazes de engendrar a criação e a expansão da vida” (VASCONCELOS & LIMA, 2015:186). Portanto, ainda no âmbito religioso, o cerimonial *iorubá* realiza a “deificação do rei Xangô” (conectado ao trovão). Assim, “o mito funda o rito, institucionaliza a celebração do deus-rei” (BRUNEL, 2005:680) e reverenciado, o Deus Trovão é, por seus adeptos, invocado. O possuído, então, se torna um avatar terrestre. Importa destacar também que, por meio da diáspora negra, essa prática propagou-se para além da África (Nigéria e no sul do Benin) e o culto *Vodu*, com as suas variações e sincretismos, obtém hodiernamente adeptos, por exemplo, no Brasil, em Cuba e no Haiti.

Conforme Renel Prospere e Alfredo Gentili (2013:74), “o termo *Vodu* originou-se na tradição religiosa teísta-animalista” com raízes nos povos *Fon-Ewe*, em Benin, principalmente. Para os *Fon*, “no Daomé e no Togo, o *Vodu* significa um Deus, um espírito e sua imagem” (*Ibidem*)¹³. Prospere e Gentili (2013) salientam que o *Vodu* no Haiti representa, inclusive, um culto de recomposição com a África (e antepassados), um reencontro de religiosos haitianos com a mãe África. É sinônimo, também, de resistência aos (neo)colonizadores, constitui um “sistema de cuidados de saúde” (práticas de cura, prevenção de doenças, tratamentos mentais, etc.) e se concretiza, ainda, nas formas

¹³ Os *Fon* constituem um grupo etno-linguístico (superior a três milhões de pessoas) da África Ocidental, situados na Nigéria, em Togo, em Gana, mas, com o centro geo-histórico em Benin. O antigo Reino *Fon* “teve seu apogeu durante os séculos XVIII ao XIX” com enriquecimento decorrente, inclusive, da venda de “inimigos derrotados aos comerciantes de escravos” (TEIXEIRA, 2015:167).

de trabalho comunitário.¹⁴ Enfim, o “Vodu é um sistema integrado de princípios que rege a conduta humana (...) é um complexo místico de visão do mundo no qual seres humanos, natureza e todo o sistema intangível de crenças estão intimamente ligados” (PROSPERE e GENTILI, 2013:76).

Rodrigo Corrêa Teixeira (2015:94) assinala que o “candomblé praticado no Brasil é diferente dos cultos aos orixás que acontecem na Nigéria”, portanto, é fruto de recriações culturais. Teixeira (2015:93) ressalta também, o grande fluxo de escravos africanos – “dezenas de grupos étnicos” – que aportaram no Brasil até 1850 e, por conseguinte, a ocorrência de grande concentração na Bahia. Desta forma, segundo o autor, identidades específicas foram reconstruídas, os “falantes de iorubá viraram nagôs, os do grupo *gbe* (*fon, mahi, e ewe*, por exemplo) viraram *jejes*”. (*Ibidem*).

África e Brasil, África e Haiti, África e o “mundo mundializado”. Uma mundialização que se desenvolve, predominantemente, por meio dos capitais monopolistas que, necessariamente, segregam, desagregam e distorcem *Uganda*; segundo Nei Lopes (2011), *Uganda* é um termo proveniente do antigo Buzanga; significa *Terra dos homens, dos seres humanos* (etnônimo do grupo dominante da região). Entretanto,

¹⁴ O *Kombit*, por exemplo, é uma forma de trabalho coletivista praticada, então, por determinados camponeses haitianos. Em geral, implica partilha da produção, refeições comunitárias, danças, música, recreação, permutas (sem circulação de moeda) e a autossuficiência. Pode ter por finalidade o auxílio a uma família, a ajuda a um ente adoentado, etc.

com referência nas recentes revisões toponímicas africanas, Waldman (2014:37) afirma que:

a memória espacial tradicional africana substantivou plataforma basilar no resgate da territorialidade. (...) Mais correto seria consignar a adoção de estratégias inspiradas em múltiplas vertentes, materializadas tanto na ressurreição dos locativos ancestrais quanto por iniciativas que contextualizavam novos regimes de nomenclatura, esboçados por uma África que olhando para o futuro, assume a tradição como alento que fortalece continuamente seu desejo de posicionar-se positivamente diante do mundo.

Waldman (2014:37) considera que essa determinação se expressa, por exemplo, nos novos nomes oficiais de países como *Malawi* (anteriormente Niassalândia), *Botswana* (ex-Bechuanalândia), *Zimbabwe* (ex-Rodésia), *Gana* (antes Costa do Ouro) e *Burkina Faso* que até 1984 tinha o nome de Alto Volta; Burkina Fasso que denota “terra dos homens justos, honestos”. Em relação às cidades africanas, o autor assinala que estão “libertas das suas alcunhas ocidentais” e, hoje, exibem “designativos orgulhosamente africanos: *Tshwane* (ex-Pretória), *Harare* (ex-Salisbury), *Maputo* (ex-Lourenço Marques) *Kinshasa* (ex-Leopoldville) e *D’jamena* (ex-Fort Lamy)” (*Ibidem*).

Por fim, torna-se razoável especular que essas e outras recentes revisões toponímicas de países, cidades, bairros, ruas, rios, montanhas, lagos, aeroportos, barragens, escolas, hospitais, pontes, portanto, do espaço geográfico da África como um todo (nada homogêneo) pode ser um prelúdio de reações geopolíticas mais radicais, autóctones, de reconquista real e formal de territórios. Ressalte-se que valiosas características culturais e que determinados vocábulos de origem *Bantu*

e *Kwa*, por exemplo, alcançaram outros continentes, países, territórios. No Brasil, a língua portuguesa está enriquecida com palavras originárias de inúmeras etnias indígenas¹⁵ e africanas; assim, interessantes vocábulos tornaram-se nomes de córregos, viadutos, bares, cidades, povoados, serras e denominam várias espacialidades brasileiras. Em Minas Gerais, os topônimos de origem africana demarcam todas as regiões.

TOPÔNIMOS AFRICANOS DE MINAS GERAIS

Características sólidas e diversas da “cultura mineira” decorrem da presença do negro africano em Minas Gerais.¹⁶ Em consequência, os remanescentes culturais de povos e nações da África estão expressos no léxico toponímico de Minas Gerais (LIMA, 2012:42).

Vale lembrar que, no século XVII, vieram forçosamente para o Brasil, “negros de partes diversas da África, em especial da zona banta. Esses negros eram denominados: congos, angolas, cabindas, banguelas, mandigas e minas” (LIMA, 2012:46). A maior proporção desses seres humanos foi enviada para a Zona da Mata Nordestina. O trabalho escravo, não obstante, gerou o enriquecimento dos proprie-

¹⁵Atualmente, no Brasil, são faladas 170 línguas indígenas. Portanto, a grande maioria dos povos indígenas brasileiros são bilíngues, se comunicam em português e usam a língua materna.

¹⁶ Emanoela Cristina Lima (2012:42) salienta que “mesmo após a extinção do tráfico negreiro e da abolição do regime de escravidão no país, os negros e mestiços de negros representavam 53,32% da população mineira”.

tários de engenhos da cana-de-açúcar. Constituiu-se, assim, um longo período de acumulação de horrores e de capitais resultantes da produção colonialista do “ouro branco”. Todavia, nesse mesmo século, com a exploração original do ouro e diamantes de Minas Gerais, vários desses seres humanos foram, sem escolha, deslocados para o trabalho escravo nas regiões de extração mineral. No século XVII, outro contingente de negros (sudaneses) foi arrancado do solo africano, assim, “jejes, minas, ardras, savalus, nagôs, moçambiques e quelimares são somados aos negros Congo-Angola” (*Ibidem*).

Do ponto de vista das línguas, conforme Emanoela Lima (2012:61), o “grupo banto é proveniente do tronco linguístico congocordofaniano, que é formado pelas línguas subsaarianas, da qual faz parte a família Niger-Congo”. A autora acrescenta que essa família “é composta por seis ramos, do qual faz parte o ramo Benue-Congo, que, por sua vez é formado pelas línguas platô e pelas línguas do grupo bantuídeo, constituído pelo banto e mais duas línguas (bitare e mambila)”.

Saliente-se que a pesquisa de Lima (2012:168) referente aos toponimos africanos de Minas Gerais registrou “222 variações toponímicas com bases de possível origem africana”; desse total, 98 topônimos formados genuinamente por palavras originárias do banto, dois topônimos de origem kwa, três de origem partilhada (banto/kwa) e treze palavras de origem incerta, além dos hibridismos (com a língua

portuguesa). De acordo com Lima (2012:61), o “grupo kwa também é um dos ramos que formam a família Niger-Congo, do tronco Congo-Cordofaniano. Fazem parte do ramo kwa as línguas iorubá, ijô, ibô, fon, ewe, gun e mahi”.

Sobre os dois topônimos de origem Kwa, *Angu* é um que denomina 14 espacialidades de Minas Gerais como, por exemplo, um córrego do município de Chapada do Norte (região do Jequitinhonha) e um rio de Além Paraíba, na Zona da Mata mineira. O outro, *Exu* é o nome de um rio do município de Águas Vermelhas, no norte de Minas. Sobre a origem da palavra exu,

Renato Mendonça e Heckler, *et al.* informam que *exu* é do iorubá. Apenas Nelson de Senna oferece étimo quimbundo para o termo. O topônimo *Angu* também é reputado como kwa. Segundo Castro (2001), o termo pertence à língua fon, *àngu*, que faz parte do ramo kwa. Senna (1938) afirma que o termo faz parte do quimbundo, sendo provavelmente do banto. Jacques Raymundo diz que o termo é do ambundo, *ouangu*. As demais fontes nada informam sobre o étimo do termo, apenas corroboram sua provável origem africana (LIMA, 2012:171).

Angola, do banto, nomeia 32 espacialidades de Minas Gerais, como um córrego de Espera Feliz (Zona da Mata) e outros córregos de vários municípios do Sul de Minas (Andradas, Passos, São Sebastião do Paraíso, etc.). Também denomina povoados de Aimorés (Vale do Rio Doce) e uma propriedade rural de Três Corações (Sul de Minas). *Bamba* que significa mestre, autoridade em determinado assunto ou atividade, ou pessoa desordeira, temível ou, ainda, bastão, chicote, vara; denomina uma fazenda em Baependi, no Sul de Minas Gerais. *Banguela* –

antigo reino de Angola; cidade atual em Angola; pessoa desdentada – nomeia, por exemplo, uma lagoa de Morro da Garça, município central de Minas Gerais. Uma localidade do município de Água Boa (Rio Doce) chama-se *Berimbau*.

Um córrego de Monte Alegre de Minas, na região de Alto Paranaíba/Triângulo tem o nome de *Caçamba*. Caçamba pode ser “traduzida”, no caso, como um balde amarrado por uma corda para capturar água de poço artesiano, mas, também é sinônimo de um grande receptáculo de terra, entulho, etc. *Cafundó*, por exemplo, denomina 42 espacialidades mineiras, como um povoado de Queluzita, uma fazenda do município de Diamantina e uma serra de Passo Fundo (sul de Minas Gerais). Uma propriedade rural de Arcos chama-se *Cafunga* e outra *Candongá*; mas além de Arcos, *Candongá* nomeia mais 21 lugares, como um morro de Itapeçerica (centro-oeste de Minas). Candonga significa trapaça, farsa, fingimento; feitiçaria, quebranto; namorada, benzinho, pessoa querida. No noroeste de Minas, em Unaí, há um ribeirão chamado *Cangalha*.

Canjica, vocábulo muito popular, denomina 11 espacialidades de Minas Gerais, a exemplo, de uma localidade de Nazareno (Campo das Vertentes) e um córrego de Corinto. *Capangas*, outro termo de conhecimento comum, é o nome de uma propriedade rural de Campestre (sul de Minas Gerais). *Caxambu* – tambor grande, atabaque; dança afro-brasileira – além do município nomeia, respectivamente, a cidade de Caxambu (sul de Minas), um córrego de Passa Quatro, um morro do muni-

cípio de Pimenta, uma serra de Arantina e mais outras 37 espacialidades mineiras. *Conga* é um córrego de Nova Serrana.

Dondó é nome de serra de Alpinópolis e *Farofa* – vocábulo africano de origem incerta – está presente em sete espacialidades de Minas Gerais, como uma serra de Jaboticatubas (Região Metropolitana de Belo Horizonte). *Fubá* nomeia um rio de Miraí e outras sete espacialidades mineiras. *Fundanga* denomina uma propriedade rural de Aimorés. *Macaco* e *Macacos* designam, somados, 130 espacialidades. Em Minas Gerais, *Marimondo* constitui referência nominal de 81 lugares, como localidades de Frutal, de Araguari e de Uberlândia. *Mocambo*, de acordo com Lima (2012), é o nome de 66 espacialidades mineiras e *Monjolo* também é uma denominação muito recorrente (77 topônimos) de povoados, rios, córregos (como um de Abaeté), etc. Uma localidade do município de São Miguel do Anta chama-se *Muqueca* e outra, de Ubá, *Muxiba*.

Quilombo, vocábulo que guarda um enfático atributo geopolítico, está estabelecido em 114 espacialidades, portanto denomina muitos córregos, lagoas, povoados, serras, etc. do território mineiro. Há, também, o ribeirão *Zumbi* em Perequi, município da Zona da Mata Mineira.

Esses topônimos, selecionados da pesquisa de Lima (2012), representam uma pequena amostra de termos de origem africana dos rios, povoados, serras, propriedades rurais que, na verdade, abrangem

significativamente o território mineiro. Há ainda, como mencionado, os hibridismos – a exemplo de *canjiquinha*, banto mais português (com o sufixo diminutivo) – que acrescentam novos valores aos lugares de Minas Gerais. Esses topônimos africanos ou híbridos preservam não apenas os vocábulos em si, pois essas denominações espaciais, muitas vezes, revelam escolhas culturais, guardam sentimentos ancestrais, registram conceitos de vida, manifestam também subjetividades e mistérios.

Para terminar, uma pequena história fictícia, em língua portuguesa (do Brasil), composta, todavia, de vocábulos africanos; talvez, um conto interessante para crianças. Nesse miniconto, quase todas as palavras são de origem *Bantu* e foram extraídas do trabalho de Emanoela Cristina Lima (2012). Em menor quantidade, há outros vocábulos provenientes do *Bantu*, dois termos africanos de origem incerta e uma palavra do *Kwa*. Há também a contribuição de Yeda Pessoa de Castro (2011:132) que, pertinentemente, assinala que algumas dessas palavras correspondem a “lexemas portugueses”, ou seja, termos “importados pelas línguas africanas quando já faladas no Brasil” e que, cotidianamente, são utilizados na Bahia. Todos esses vocábulos aparecem sublinhados no texto. Para auxiliar a leitura, há um glossário das palavras (supostamente) menos conhecidas, mas que disponibiliza os significados apenas parcialmente, ou seja, os sinônimos estão referenciados somente conforme o contexto dessa pequena história.

CAFUNGA E O MARIMBONDO

No *canfudó* de Minas Gerais, no Mocambo de Mandembo, vivia Cafunga, o moleque caçula da família Dondó Pereira. Num *menemeném* comum de segunda-feira, Wanda, sua avó, lia um bom livro na varanda do *inzo*. Por causa da bagunça do *imbuá* com os *gonguês* (galinhas-d`angola), Wanda levantou do *cazumba* e, gentilmente, pediu ao Cafunga que fosse até a quitanda do senhor Dunga para comprar *mongo*, *quiabo*, *macundê* e *fubá*. Cafunga, sem *catimba*, desceu da gangorra, *quatá* uma *bocapiu* e partiu...

Na *quintada*, sem *lengalenga*, Cafunga comprou tudo que sua *caíáia* lhe recomendara. Na volta, já perto de *inzo*, o *moleque caculé* parou para *taramecó* um *macaco* na *mulungu*. *Zanza*, não viu um enxame de *marimbondos*. Por sorte, apenas um deles o ferrou, mas... esse único *marimbondo* o acertou bem no seu *mataco*! *Cafunga* correu para o meio do mato, *moçongo* começou a gritar e a pular.. parecia até realizar uma *conga* ou uma *cumbé*.

Cumba, examinou o seu *mataco* (*bunda*) e localizou um *bitelo* de uma *catamba*! *Cafunga*, então, olhou para o *luílo*, gritou socorro para o *Calunga* e para *Vunje*... e, em seguida, colocou o *mataco* na *cafota*. Ficou meio *capenga* e com *jinje*... depois *denga*...Mas, como não era *palanga*, recolheu o *cacué* do *intato*, saiu do *atim* e decidiu, assim, *quendá unjira*, pois a *muana caxingó* sabia que a sua vovó prepararia,

naquele dia, uma *muqueca* de surubim com *bobó* e que se ele, tudo cuniá, no fim ganharia, para “compensar”, *quindim*.

ALGUNS SIGNIFICADOS DAS PALAVRAS DE ORIGEM AFRICANA (BANTU:B; KWA:K):

Atim (B): mato, vegetação.

Bocapiu (K): cesto de palha trançado e com alças que serve para carregar mantimentos.

Cacuá (B): bocapiu.

Caculé (B): caçula.

Caiáia (B): avó.

Calunga (B): divindade ou entidade espiritual ou sobrenatural, cultuada entre populações de origem banta, que se manifesta como força da Natureza (especialmente a divindade associada ao mar).

Catamba (B): inchaço, protuberância na pele, tumor, calombo.

Cafota (B): filete de água entre rochas.

Cafunga (B): triste, zangado; no conto, apelido do menino.

Cafundó (B): lugar de difícil acesso, distante; vale profundo cercado por montanhas íngremes.

Caxingó (B): muito magro, esquelético.

Cazumba (B): assento parecido com cadeira.

Conga (B): dança popular latino-americana, de origem africana.

Cumba (B): de maneira decidida, valente, poderoso, forte.

Cumbé: dança africana; vocábulo de origem incerta.

Cuniá (B): comer, alimentar.

Denga (B): fazer manha; dengoso;

Dondó (B): povo banto do noroeste de Angola.

Dunga (B): especialista, mestre, arrojado, corajoso; no conto, nome do quitandeiro.

Intato (B): chão, solo, terra.

Imbuá (B): cachorro.

Inzo (B): casa, moradia.

Jinje (B): arrepio de corpo.

Luílo (B): céu.

Macundê (B): espécie de feijão.

Madembo: lugar de mato cerrado; vocábulo de origem incerta.

Menemeném (B): manhã, dia, de dia.

Mocambo (B): refúgio, esconderijo.

Moçongo (B); dor, sofrimento.

Muana (B): criança.

Mulungu (B): árvore.

Quatá (B): pegar.

Quendá (B): andar, seguir, partir, viajar.

Quindim (B): graça, meiguice, denguice. Doce feito de gema de ovo, coco e açúcar, de consistência gelatinosa.

Palanga (B): covarde, fraco.

Taramecó (B): olhar, observar.

Unjira (B): estrada, caminho, rua.

Vunje (B): divindade protetora das crianças; pode ter relação sincrética com Cosme e Damião.

Zanza (B): distraído.

REFERÊNCIAS

- BRUNEL, Pierre (org.). *Dicionário de Mitos Literários*. 4º ed. Rio de Janeiro: José Olimpio, 2005.
- CARVALHO, Delgado. *África*. Geografia Social, Econômica e Política. Rio de Janeiro: IBGE, 1963.
- CASTRO, Josué. *Ensaio de Geografia Humana*. 4º ed. São Paulo: Brasiliense, 1966.
- CASTRO, Yeda Pessoa. *Falares Africanos na Bahia (Um Vocábulo Afro-brasileiro)*. Rio de Janeiro: Topbooks editora, 2001.
- CORREIO BRASILIENSE. Arqueólogos encontram, sob as Areias da Líbia, Cidade de 2,4 mil anos. Disponível em <https://www.correiobraziliense.com.br/> postado em 10/11/2011. Acesso em: 17/08/2018.
- FERRACINI, Rosemberg Lopes. A Velha Roupas Colorida: Brasil e África na Geografia Escolar. In: *Revista Geografia, Ensino & Pesquisa*. V22. Santa Maria/RS: UFSM, 2018; pp. 01-09.
- HOUAISS, A. & VILLAR, M. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- LIMA, Emanuela Cristina. *A Toponímia Africana em Minas Gerais*. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos). Belo Horizonte: UFMG, 2012.
- LOPES, Nei. *Dicionário da Antiguidade Africana*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- LÓPEZ, J. L. C. *Diccionario Histórico-Etnográfico de los Pueblos de África*. Madri: Mundo Negro, 2009.
- NASCENTES, Antenor. *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa (Nomes Próprios)*. Tomo II, vol. 2. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1952.
- PROSPERE, R. & GENTIL, A. O Vodou no Universo Simbólico Haitiano. In: *Universitas Relações Internacionais*. V1, n º1. Brasília: 2013; pp. 73-81 Disponível em <https://docplayer.com.br/55986008-Issn-universitas-relacoesinternacionais.html>. Acesso em: 02/10/2018.
- TEIXEIRA, Rodrigo Corrêa. *Geopolíticas da África: identidades, saberes e poderes*. Tese (Doutorado em Geografia). Belo Horizonte: UFMG, 2015.

VASCONCELOS, S. & LIMA, C. A Cultura Iorubá e a sua Influência na Construção das Religiões de Matriz Africana no Brasil. *Estudos de Religião*, v. 29, n. 2 • jul.-dez. 2015 • ISSN Impresso: 0103-801X – Eletrônico: 2176-1078; pp. 179-193.

Disponível em

<https://www.metodista.br/revistas/revistasmetodista/index.php/ER/article/download/6100/5084>. Acesso em 20/09/2018.

WALDMAN, Maurício. Cartografia de África: Toponímia, Africanidade e Imaginário. *Revista Equador*. Revista do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Piauí.V3, Nº1. Teresina: UFPI, 2014; pp.25-41. Disponível em

<https://www.bing.com/search?q=revista+equador&form=EDGEAR&qs=HS&cvid=bdad70ab051140c3b4e66cf9ff66b3e0&cc=BR&setlang=pt-BR#> Acesso em 10/10/2018

Célio Augusto da Cunha Horta é geógrafo e professor adjunto do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).